

**EXCELENTÍSSIMO SENHOR DESEMBARGADOR PRESIDENTE DO
EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO XXXXXXXXXX E TERRITÓRIOS**

Referente aos autos: **XXXXXXXXXXXX**

Fulano de tal, já qualificado nos autos em epígrafe vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio da Defensoria Pública do Distrito Federal, com fulcro no art. 1.015, V, do CPC¹, interpor o presente:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO
COM PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DA TUTELA RECURSAL**

em face da decisão proferida pelo Juízo da Segunda Vara Cível da Circunscrição de XXXXXXXX às fls. 41² do processo nº **XXXXXXXXXX** pelas razões de fato e direito a seguir expostas

Requer, desde já, a apreciação, pelo relator, do pedido de gratuidade de justiça, na forma do artigo 99, § 7º, já que fora indeferido pelo juízo de 1º grau.

Para a formação do instrumento, oferece-se cópia integral dos autos – cuja autenticidade é ora atestada – e informa em cumprimento ao disposto no artigo 1.016, inciso IV, do NCPC, que a parte agravada não possui representante legal, uma vez que ainda não foi citada do feito.

XXXXXX – DF, 12 de June de 2023.

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO

¹ Art. 1.015. **Cabe agravo de instrumento contra as decisões interlocutórias** que versarem sobre:
[...]

V - **rejeição do pedido de gratuidade da justiça** ou acolhimento do pedido de sua revogação;
[...]

² **As referências são às páginas do processo originário, cuja cópia segue acostada ao presente agravo**

**EGRÉZIA TURMA CÍVEL DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
XXXXXXX E TERRITÓRIOS**

Processo nº: **XXXXXXXXXX**

Feito : **Ação indenizatória com pedido de tutela de urgência**

Agravante : **Fulano de tal**

Agravada : **BANCO XXXXXX.**

MINUTA DO AGRAVO

Colenda Turma,

Excelentíssimos Desembargadores.

I - DA TEMPESTIVIDADE

Conforme determinação dos artigos 1003, §5º e 219, ambos do Código de Processo Civil, **o prazo para interpor recurso é de XX (XXXXX).** Além disso, é importante salientar que o prazos da Defensoria Pública são contados em dobro e tem início com a intimação pessoal, conforme artigo 186 e seu parágrafo único do CPC.

Desse modo, tendo em vista que a intimação pessoal da decisão impugnada foi feita no dia 12/09/2017 (fl. 43), **o prazo, em tese, acabaria dia 03/11/2017.**

Tendo em vista que foi interposto antes do fim do prazo, o presente recurso preenche o requisito da tempestividade, devendo ser conhecido e julgado.

II-RESUMO DA LIDE

Trata-se de ação Indenizatória, com pedido liminar de tutela provisória, proposta pelo Agravante contra XXXX. O autor teve todo o valor do seu salário mensal, correspondente à importância de R\$XXXXXX (XX), bloqueado da sua conta-corrente/salário. Mesmo após inúmeras tentativas de negociação via ligações telefônicas e ofícios da Defensoria Pública, a parte requerida se mostrou irredutível quanto a forma arbitrária e ilegal de ver seu crédito satisfeito. Por isso, pede tutela provisória para a desconstituição do bloqueio do seu salário, por ser este verba de natureza alimentar por excelência. A decisão ora agravada, fls. 41, indeferiu o pedido liminar e o pedido de gratuidade de justiça.

É o que importa relatar.

II- DA GRATUIDADE DE JUSTIÇA

Analisando a documentação já juntada aos autos, percebe-se que o agravante, XXXXX, está em **situação de superendividamento** e que percebe o salário líquido no valor aproximado de **R\$ XXXXX (XXXXXXXXXX) e não de R\$XXXXXXXXX, como consta do portal da transparência, justamente em razão da grande quantidade de empréstimos consignados.**

Desse modo, analisando o demonstrativo de contracheques acostados às fls. 26-31, **percebemos que a renda mensal líquida do agravante é gravemente dilapidada por outros empréstimos que estão sendo descontados indevidamente em sua conta salário, que somados estavam totalizando o valor de R\$XXXXXX,** como se observa no extrato de fl. 18, descontos estes cujo objeto é próprio da demanda ora agravada.

Não obstante possuir renda levemente superior à média da população, **o percebimento médio mensal da quantia de R\$ XXXXX (XXXXXXXXXXXXXX) não é suficiente para enquadrar o Agravante como pessoa capaz de arcar com custas e honorários.**

Afinal, conforme se depreende dos autos originários, **o Agravante em situação financeira delicada, de superindividamento, paga por empréstimos consignados, e seu orçamento mensal é inteiramente gasto com sua subsistência e de sua família**, assim como a maioria esmagadora da população menos favorecida do país.

Desse modo, nota-se que os gastos mensais com moradia, alimentação e empréstimos **torna impossível arcar com honorários ou custas processuais, pois, como é notório, esses valores são elevados e comprometeriam gravemente a subsistência do Agravante e de sua família.**

Logo, percebemos o preenchimento dos requisitos do Artigo 98 do Código de Processo Civil, que preceitua o seguinte:

Art. 98. A pessoa natural ou jurídica, brasileira ou estrangeira, com **insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais e os honorários advocatícios tem direito à gratuidade da justiça**, na forma da lei

Requer, portanto, a reforma da decisão agrava para que seja deferido o benefício da justiça gratuidade à Agravante, uma vez que os requisitos estão preenchidos, conforme provas acostadas demonstram de forma inequívoca.

Não só isso. As Turmas do Egrégio Tribunal de forma majoritária entendem que a afirmação da parte de que não dispõe de meios para fazer frente às despesas do processo, aliada à declaração de insuficiência de recurso, constituem-se elementos hábeis para o deferimento do benefício da assistência judiciária, conforme abaixo demonstrado.

“DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. HIPOSSUFICIÊNCIA. SIMPLES DECLARAÇÃO. CONCESSÃO DO BENEFÍCIO. DESNECESSIDADE DE PROVA.

1. Nos termos do art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição Federal, bem como consoante o art. 4º da Lei nº 1.060/50, é dever do Estado prestar assistência judiciária integral e gratuita aos que dele se socorrem.

2. A afirmação da parte de que não dispõe de meios para fazer frente às despesas do processo, aliada à declaração de insuficiência de recurso, constituem-se elementos hábeis para o deferimento do benefício da assistência judiciária, cabendo à parte contrária o ônus da prova capaz de desconstituir o alegado.

3. Recurso provido.

(Acórdão n. 557859, 20110020180407AGI, Relator MARIO-ZAM BELMIRO, 3ª Turma Cível, julgado em 23/11/2011, DJ 17/01/2012 p. 64)” **(grifo nosso)**

“AGRAVO DE INSTRUMENTO - INDEFERIMENTO DO PEDIDO DE GRATUIDADE DE JUSTIÇA - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA - PROVAS EVIDENCIANDO CAPACIDADE ECONÔMICA - RECURSO DESPROVIDO.

Para ser beneficiário da justiça gratuita é necessário apenas que a parte necessitada cumpra o contido no artigo 4º da Lei nº 1.060/50, apresentando simples declaração de que não tem condições de pagar as custas do processo e os honorários advocatícios sem prejuízo próprio ou de sua família. Entretanto, evidenciando, in loco, que a afirmação feita nos autos não condiz com a realidade fática do requerente, é de ser indeferido o pedido.

(Acórdão n. 568742, 20110020177531AGI, Relator LECIR MANOEL DA LUZ, 1ª Turma Cível, julgado em 16/02/2012, DJ 06/03/2012 p. 70)” **(grifo nosso)**

“AGRAVO DE INSTRUMENTO. GRATUIDADE DE JUSTIÇA. LEI Nº 1060/50. PARCIALMENTE RECEPCIONADA PELA CF. DECLARAÇÃO DE POBREZA. PRESUNÇÃO IURES TANTUM. NECESSIDADE DE CONFIRMAÇÃO PELOS DEMAIS ELEMENTOS DOS AUTOS.

A gratuidade de justiça se trata de dispensa de antecipação das custas de todos os atos processuais praticados pelo beneficiário, consoante dispõe o artigo 3º, incisos I, II e III, Lei Federal nº 1.060/50. A dispensa é de antecipação de despesas e não da despesa propriamente dita, uma vez que o beneficiário da justiça gratuita ficará obrigado a ressarcir tais despesas ao Estado, em caso de mudança de fortuna, no prazo de 5 (cinco) anos (artigo 12).

Cumpre esclarecer que a Lei nº 1060/50, que dispõe que a parte gozará dos benefícios da assistência

judiciária mediante simples afirmação, foi recepcionada somente em parte pela atual Constituição Federal. Em verdade, trata-se de norma detentora de considerável cunho social, devendo ser aplicada com a devida ressalva, a fim de prestigiar os que verdadeiramente dela necessitem.

O entendimento consolidado deste tribunal é o de que o benefício da justiça gratuita mostra-se cabível mediante simples declaração assinada pelo requerente, desde que não contrariada pelos demais elementos do processo.

Por se tratar, a declaração, de presunção iures tantum, é permitido ao juiz indeferir o pedido de gratuidade de justiça, ainda que não impugnada pela parte contrária, desde que, diante do caso concreto, mensuradas a situação econômica e social do postulante e natureza da causa, verifique a possibilidade da parte em arcar com o pagamento das verbas processuais.

Agravo conhecido e provido.

(Acórdão n. 574310, 20120020042228AGI, Relator ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, **6ª Turma Cível**, julgado em 21/03/2012, DJ 29/03/2012 p. 177) **(grifo nosso.)**

AÇÃO DE CONHECIMENTO - GRATUIDADE DE JUSTIÇA - DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA DE RECURSOS - DEFERIMENTO DO BENEFÍCIO. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO DA PARTE CONTRÁRIA.

1. Se a agravante colacionou, juntamente com a inicial da ação de conhecimento ajuizada, declaração de hipossuficiência de renda, narrando não ostentar condições econômicas e financeiras para fazer face às despesas processuais, sem comprometer o sustento próprio ou de sua família, tal circunstância, a princípio, já se revela como providência suficiente a autorizar o deferimento do pedido, máxime se ainda não impugnada pela parte contrária, a quem incumbe o ônus da prova capaz de desconstituir o direito postulado.

2. Recurso provido, para deferir o pedido de gratuidade de justiça. **Maioria.**

(Acórdão n. 563035, 20110020065887AGI, Relator J.J. COSTA CARVALHO, **2ª Turma Cível**, julgado em 06/07/2011, DJ 08/02/2012 p. 77)" **(grifo nosso)**

Assim, verifica-se que o ônus de refutar a capacidade da parte para custear as custas processuais e honorários advocatícios compete à parte contrária.

Ademais, não se faz necessária a comprovação de hipossuficiência para que uma pessoa possa obter o benefício legal. Tal comprovação malferir o art. 5º, LXXIV, da Constituição da República Federativa do Brasil, uma vez que, a própria colocação topológica do artigo indica que se trata de um **direito fundamental individual**, portanto **cláusula pétrea**, e, por sua própria natureza, deve ser compreendido à luz do princípio da **máxima efetividade** (conferindo-se o sentido interpretativo de maior alcance, eficácia e permanência possível) e da **eficácia irradiante** dos direitos fundamentais (conformando a atuação de todos os poderes públicos e privados).

Por essas razões, a decisão agravada deve ser **reformada**, a fim de que se conceda os benefícios da assistência judiciária gratuita ao Agravante com eficácia *ex tunc*, eis que o aludido benefício pode ser concedido a qualquer tempo e em qualquer grau de jurisdição.

III -DOS PEDIDOS

Diante dos fundamentos aduzidos, **requer:**

a) o juízo positivo de admissibilidade do recurso ora aviado, processando-se o agravo independentemente do pagamento de preparo ou de qualquer outra despesa porque o agravante é hipossuficiente, nos termos da Lei 1.060/1950, conforme declaração de fl. 13;

b) a concessão da **antecipação dos efeitos da tutela recursal**, concedendo-se ao Agravante os **benefícios da assistência judiciária gratuita**, sendo comunicada de imediata essa decisão ao juízo de 1º grau, de forma a se permitir o processamento do feito de 1º grau;

c) a procedência, em definitivo, do pedido veiculado no presente agravo, **com a reforma da decisão agravada**, consolidando-se a antecipação dos efeitos da tutela recursal e, ao cabo, **concedendo-se em definitivo os benefícios da assistência judiciária gratuita ao Agravante**, nos moldes vindicados na petição

inicial do Processo nº **XXXXXXXX8**, que tramita na XX Vara Cível da Circunscrição Judiciária de XXXXXXX-DF.

XXXXXX - DF, 12 de June de 2023.

FULANO DE TAL
DEFENSOR PÚBLICO